



CARTA MANIFESTO EM DEFESA DO CONANDA E DA ELEIÇÃO NO BIÊNIO 2021 a 2022

Desde 2019, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do/a Adolescente - CONANDA vem sofrendo graves ataques a seu regular funcionamento, que vão desde o decreto presidencial que cassou mandatos e fez alterações antidemocráticas no colegiado à não publicação do edital de chamamento de novas eleições, situações que impõem risco à proteção às infâncias e adolescências brasileiras, bem como à participação social. É necessário bradar e agir: o CONANDA vive e luta!

1. Apresentação.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do/a Adolescente é a instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas para a infância e a adolescência na esfera federal. Foi criado pela Lei nº 8.242 de 1991, sendo um órgão colegiado permanente, de caráter deliberativo e composição paritária, como previsto no artigo 88 da Lei nº 8.069 de 1990 – Estatuto da Criança e do/a Adolescente (ECA).

O CONANDA, em sua composição, conta com 28 conselheiros/as, sendo 14 representantes do governo federal, indicados/as por 14 ministérios e secretarias e 14 representantes de entidades da sociedade civil organizada de âmbito nacional, que atuam no campo dos direitos da criança e do/a adolescente, eleitos/as a cada dois anos, com seus/suas respectivos/as suplentes.

De acordo com o Regimento Interno, o CONANDA é funcionalmente vinculado à Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do/a Adolescente (SNDCA), que é parte integrante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

Dispõem de quatro Comissões Temáticas Permanentes: Comissão de Políticas Públicas; Comissão Direitos Humanos e Ação Parlamentar; Comissão de Mobilização e Formação, e Comissão de Orçamento e Finanças Públicas e realiza assembleias mensais ordinárias.

É forte em sua histórica atuação no acompanhamento da elaboração e execução do Orçamento da União, garantindo a destinação privilegiada de recursos para políticas direcionadas à população infanto-juvenil; no desenvolvimento de planos e políticas setoriais voltadas às políticas relacionadas às medidas de proteção e socioeducativas, à erradicação do trabalho infantil, à proteção da primeira infância, entre outros. A importância do CONANDA para a formulação e deliberação das políticas públicas voltada para a infância e adolescência é ainda mais evidente em período de crise econômica, política e social, agravada pela crise sanitária em razão da pandemia de Covid-19, que deixou crianças e adolescentes muito mais vulneráveis e no qual as políticas voltadas a essa população correm o risco de ser mais fragilizadas.

2. O que denunciamos e reivindicamos.

A Constituição Federal de 1988 e o ECA trazem um novo olhar sobre a infância e a adolescência, estabelecendo que devem ser absoluta prioridade. Por isso, denunciamos

que a postura do governo é inconstitucional e ilegal. Reivindicamos que a Constituição e o ECA sejam respeitados!

O Brasil é um dos poucos países que prevê legalmente a instituição de um modelo de conselhos paritários e deliberativos na área das políticas para crianças e adolescentes, assim como a estruturação de conselhos tutelares eleitos pelas próprias comunidades. Denunciamos que, tanto a ação de tentativa de reestruturação do CONANDA por Decreto Presidencial de forma discricionária, assim como a não publicação, no Diário Oficial da União, da resolução aprovada legitimamente pelos/as conselheiros/as em assembleia ordinária do CONANDA, que delibera sobre o processo de escolha das novas entidades da sociedade para o mandato de gestão relativo ao biênio 2021/2022, configuram atos autoritários e enormes retrocessos. Reivindicamos o respeito às conquistas democráticas e de participação social. Reivindicamos que crianças e adolescentes tenham seus direitos assegurados em primeiro lugar.

Por isso, as organizações da sociedade civil abaixo inscritas, comprometidas com a defesa incondicional dos direitos de crianças e adolescentes do Brasil, vêm denunciar o desmonte e o não funcionamento do CONANDA, o qual, reafirma-se, é a instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas para a infância e a adolescência na esfera federal, pois, por conta da não publicação no Diário Oficial da União de Resolução sobre eleições, aprovada em plenário em outubro por unanimidade, atualmente o CONANDA está paralisado – sem funcionamento nenhum, sem assembleias agendadas, sem perspectiva de novas eleições. É urgente que toda a sociedade civil tome ciência e atitude, para garantir que se restabeleça a participação e o controle social no campo da infância e adolescência que estão ameaçados.

Deixar o CONANDA inativo viola a Constituição Federal, a regra da absoluta prioridade e o princípio da proteção integral da infância e adolescência, tornando o ato governamental do governo federal, um atentado à vida e à proteção das mais de 65 milhões de crianças e adolescentes brasileiras!

3. Para saber mais sobre o Conanda e os desafios enfrentados.

Há quase três décadas, o CONANDA é o grande guardião dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, não só acompanhando e cobrando a execução de políticas públicas e orçamentárias, mas normatizando e orientando os estados e municípios brasileiros, por meio de destacadas resoluções, além de gerir e controlar as ações financiadas pelo Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do/a Adolescente, como definido, para assegurar a política, suas linhas de ação e as diretrizes, tudo em harmonia com o princípio da prioridade absoluta e os artigos 86 e seguintes da Lei nº 8.069 de 1990.

Em um Estado Democrático de Direito, pautado por princípios democráticos, também expressos na Constituição de 1988, a configuração e o funcionamento do CONANDA estão fundados na participação e controle social e na diversidade de vozes para garantia da prioridade absoluta, da proteção integral e do melhor interesse de todas as crianças e adolescentes brasileiros/as, sem distinção, como determina o artigo 227 de nossa Constituição.

Ocorre que, nos últimos anos, o controle social vem sofrendo forte ataque e desrespeito, especialmente pelo governo federal, que de forma recorrente estabelece, por ação ou omissão e por atos normativos discricionários, tentativas de extinguir os colegiados de participação e controle social, ou, ainda, de esvaziar seu sentido e modo de funcionamento. Foi o que se buscou fazer por meio do Decreto 10.003 de 2019, que propõe a reestruturação do CONANDA em sua composição, com cassação de mandatos, e,

sobretudo, com proposta de profundas mudanças no seu funcionamento: nomeação da presidência do Conselho; e substituição de eleições realizadas pelo fórum de entidades da sociedade civil de forma legítima - por processo seletivo a critério do órgão vinculado ao Ministério.

Frente a isso, medidas judiciais foram tomadas. Cabe salientar que decisões monocráticas, desferidas pelo Presidente da República, que destituam organizações eleitas de seus mandatos e substituam eleições por indicação presidencial ecoam um autoritarismo que não combina com o país que escolheu um novo caminho em 1988. Por esta razão que diversas entidades da sociedade civil recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 2019, para fazer frente a qualquer forma de agressão às instituições, apelando para que reafirmem o papel fundamental que têm desempenhado para a proteção das 65 milhões de crianças e adolescentes brasileiras, e decidam, em defesa do CONANDA, pela democracia. Assim, em decorrência de decisão monocrática do ministro Barroso, deferida no âmbito da Arguição do Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 622, em dezembro de 2019, os mandatos foram restabelecidos.

No entanto, em dezembro de 2020, encerrou-se o mandato da última gestão eleita para o biênio 2019/2020 do CONANDA, sem previsão de novas eleições. O Conselho, portanto, segue numa situação de intensa instabilidade e tem seu destino incerto, sendo fundamental a confirmação tanto dos direitos legítimos das organizações, como de crianças e adolescentes.

Desde início de 2021, o CONANDA encontra-se novamente sem possibilidade de funcionamento e de cumprir seu importante papel de atuação na sociedade, em decorrência da não publicação no Diário Oficial da União (DOU) da resolução com edital das eleições aprovado em plenária regular do CONANDA, o que revela mais uma vez a falta de compromisso deste (des)governo com a defesa e o respeito aos Direitos de Crianças e Adolescentes. Sem gestão eleita para o biênio 2021/2022, não há funcionamento do CONANDA!

4. Entenda os prejuízos do não funcionamento do Conanda.

Por meio da gestão compartilhada, governo e sociedade civil definem, no âmbito do Conselho, as diretrizes para a Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Além de contribuir para a definição das políticas para a infância e a adolescência, o CONANDA também fiscaliza as ações executadas pelo poder público no que diz respeito ao atendimento da população infanto-juvenil. A

A gestão do Fundo Nacional para a Criança e o/a Adolescente (FNCA) também é uma importante atribuição do Conselho. É ele o responsável pela regulamentação sobre a criação e a utilização desses recursos, garantindo que sejam destinados às ações de promoção, proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, conforme estabelece o ECA.

Conheça outras atribuições do CONANDA:

- Fiscalizar as ações de promoção dos direitos da infância e adolescência executadas por organismos governamentais e não-governamentais;
- Definir e orientar quanto as diretrizes para a criação e o funcionamento e fortalecimento dos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do/a Adolescente e dos Conselhos Tutelares;
- Estimular, apoiar e promover a manutenção de bancos de dados com informações sobre a infância e a adolescência e deliberar sobre o instrumento a ser aplicado para essa finalidade;

- Acompanhar a elaboração e a execução do orçamento da União, verificando se estão assegurados os recursos necessários para a execução das políticas de promoção e defesa dos direitos da população infanto-juvenil;
- Convocar, a cada três anos conforme a Resolução no 144, a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do/a Adolescente;
- Gerir o Fundo Nacional para a Criança e o/a Adolescente (FNCA).

5. Escute esse Conselho!

Considerando o amplo rol de atribuições do CONANDA, deixá-lo sem funcionamento, implica em perdas imensuráveis a toda a sociedade. Defender o CONANDA é defender a Constituição Federal! É defender o ECA! É defender os direitos de crianças e adolescentes! É defender a democracia!

As Entidades e Organizações abaixo inscritas, reivindicam a imediata publicação no Diário Oficial da União da Resolução aprovada pela plenária, sobre as eleições do biênio 2021-2022 e a necessária retomada do funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), bem como a declaração de inconstitucionalidade do Decreto Presidencial nº 10.003 de 2019, pois estão comprometidas com a defesa incondicional dos direitos de crianças e adolescentes do Brasil.

Assinam essa carta manifesto:

1. Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
2. Campanha Escute esse Conselho
3. 4daddy
4. ABENFAC
5. ABGLT
6. Abong - Associação Brasileira de ONGs
7. Ação Popular Brasil - APB
8. Ação Social Arquidiocesana De Teresina
9. Ação Social Esperantinense - ASESP
10. Acolher Grupo de Apoio à Adoção
11. Acolhervc
12. Acridas Associação Cristã de Assistência Social
13. Afoxé Bamboxe
14. Agência de Iniciativas Cidadãs
15. AIJF - Instituto Sedes Sapientiae
16. Aldeias Infantis SOS Brasil
17. Aluar
18. Amankay Instituto de Estudos e Pesquisas
19. AMAR Associação de mães e amigos da criança e adolescentes em risco
20. AMOPETI - Adolescentes Mobilizados pela Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
21. AMSK/Brasil
22. ANAJUDH-LGBTI
23. ANDI - Comunicação e Direitos
24. Anjos Digitais

25. Apabb
26. APAE Ji-Paraná
27. Articulação Brasileira de Gays - Artgay
28. Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL
29. Articulação Nacional de Educação Popular em Saúde
30. Ass. Mais Amigas Solidárias
31. Assistência Social Casa Azul
32. Assoc Pamen Cheifa
33. Associação Amigos Especiais - AAME
34. Associação Amigos Voluntários
35. Associação Amor e Vida
36. Associação Antônio e Marcos Cavanis
37. Associação Articulação da Juventude Camponesa
38. Associação Beneficente Cultural Recreativa Dandara
39. Associação Beneficente Da Criança E Adolescentes Em Situação De Risco -
Pastoral Do Menor
40. Associação Beneficente Evangélica Da Floresta Imperial
41. Associação Beneficente Nossa Senhora Auxiliadora
42. Associação Beneficente O Pequeno Nazareno
43. Associação Beneficente Parque Primavera Japão
44. Associação Beneficente Pastoral do Menor Talita kum
45. Associação Bom Pastor
46. Associação Brasil Saúde e Ação - BRASA
47. Associação Brasileira de Saúde Mental
48. Associação Brasileira Terra dos Homens
49. Associação Casa do Pai
50. Associação Casa Menino Felipe
51. Associação Casa Novella
52. Associação Cidade Escola Aprendiz
53. Associação Ciranda Viva
54. Associação Civil Sociedade Alternativa
55. Associação Comunitária de Forquilha - ACOLHA - Ceará
56. Associação Comunitária de Ipuçu - ASCONI
57. Associação Comunitária de Várzea Alegre
58. Associação Comunitária Monte Azul
59. Associação Comunitária Presbiteriana
60. Associação Cultural Aspiral do Reggae
61. Associação Cultural e Agrícola dos Jovens Ambientalista de Alagoa Nova e da
Paraíba - ACAJAMAN PB
62. Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia
63. Associação das Pessoas com Deficiência de Pariquera-Açu Departamento de
64. Associação de Apoio a Pais e Autistas
65. Associação de Apoio aos Autistas Laço Azul
66. Associação de Atendimento a Criança a ao Adolescente de Tubarão - COMBEMTU
67. Associação de Conselheiros e Ex. Conselheiros tutelares de MT
68. Associação de Conservação Ambiental Orgânica
69. Associação de Esportes Radicais de Aquiraz
70. Associação de Integração Social Solidária Divina Providência

71. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Manacapuru
72. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo
73. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais LUIZ CORREIA (APAE-Luiz Correia)
74. Associação de Pais e Mestres de Apoio ao Desenvolvimento Social - APMS
75. Associação de Teatro Artes e Yoga
76. Associação Desportiva Recreativa Cultural Pinheiros Dutra
77. Associação dos Defensores da Cidadania
78. Associação dos Estudantes de Roraima (ASSOER)
79. Associação dos Portadores de Deficiência Mental
80. Associação Educacional Arte de Ser
81. Associação Educacional Evangélica Luterana
82. Associação Equoterapia
83. Associação Espírita Lar Transitório De Christie
84. Associação Esportiva e Cultural Esperança
85. Associação Estação Cultura Social e Inclusão Digital
86. Associação Fênix
87. Associação Frei Tito de Alencar
88. Associação Internacional de Capoeira Os Bambas do Sol Nascente de Salvador
89. Associação Juízes para Democracia - AJD
90. Associação Juventude em Ação
91. Associação Lifewords Brasil
92. Associação Maylê Sara Kalí
93. Associação Mineira de Reabilitação
94. Associação Nacional Criança Não é de Rua
95. Associação Nacional da Pastoral do Menor
96. Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA
97. Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced)
98. Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes
99. Associação Paulistana de Conselheiros e Ex Conselheiros Tutelares
100. Associação Pestalozzi da Paraíba
101. Associação Pró-família
102. Associação Redes de Desenvolvimento da Maré
103. Associação Santarena de Estudos e Aproveitamento dos Recursos da Amazônia
104. Associação Santo Dias
105. Associação Solidária Vencer Juntos-ASVEJ
106. Associação VIC do Brasil
107. Associação Vida Nova
108. Associação Viva e Deixe Viver
109. Avante-Educação e Mobilização Social
110. Bloco Carnavalesco EURECA
111. Bom Samaritano
112. Campanha Nacional pelo Direito à Educação
113. Cáritas Brasileira Regional MG
114. Cáritas Brasileira Regional Norte 2
115. Cáritas Diocesana de Caicó
116. Cáritas Diocesana de Januária
117. Cáritas Diocesana de Penedo - AL

118. Casa Betânia
119. Casa da criança de Taquatituba
120. Casa da Criança e do Adolescente
121. Casa da Criança Lar dos Franciscanos
122. Casa da Cultura da Baixada Fluminense
123. Casa das Meninas Amando de Barros
124. Casa de Apoio à Criança de Contagem
125. Casa de Apoio ao Menor Irmã Dulce
126. Casa de Cultura IAO
127. Casa de Cultura Ilê Asé D'Osoguia
128. Casa de Meu Pai
129. Casa do Menor São Miguel Arcanjo
130. Casa do Puríssimo Coração de Maria
131. Casa Novella
132. CEBs
133. CECIP Centro de Criação de Imagem Popular
134. CECUP- Centro de Educação e Cultura Popular
135. CEDECA Casa Renascer
136. CEDECA Ceará
137. Cedeca Emaús
138. Cedeca Maria dos Anjos/Rondônia
139. Cedeca Rio de Janeiro
140. CEDESP Cenlep
141. CEMADIPE
142. CENARAB
143. CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação

Comunitária

144. Central Única dos Trabalhadores CUT
145. Centro Artístico Cultural Belém Amazônia (Rádio Margarida)
146. Centro Comunitário Bom José - CBJ
147. Centro Comunitário Católico e Obras Sociais Oscar Romero
148. Centro da Juventude Santa Cabrini
149. Centro da Juventude Santa Cabrini
150. Centro da Mulher 8 de Março - PB
151. Centro de Apoio e Solidariedade a Vida-ONG Casvi
152. Centro de Convivência É de Lei
153. Centro de Cultura Negra Negro Cosme
154. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan - Cedeca BA
155. Centro de Defesa de Direitos Humanos COL/Proame
156. Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Interlagos
157. Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Catarina
158. Centro de Defesa dos Direitos Humanos Zumbi dos Palmares
159. Centro de Defesa Pe. Marcos Passerini
160. Centro de Direitos Humanos Baixada Santista Irmã Maria Dolores
161. Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennes
162. Centro de Educação Popular Comunidade Viva - COMVIVA
163. Centro de Formação Integral
164. Centro de Integração Sócio Cultural Aprendiz do Futuro

165. Centro de Referência em Direitos Humanos e Assistência Social da Bahia - CREDIBA
166. Centro de Referência Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes- CECRIA
167. Centro de Solidariedade da criança e do Adolescente - CSCA
168. Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social
169. Centro dos Direitos Humanos de Porto Nacional em Tocantins
170. Centro Educacional Profissional do Coroadinho
171. Centro Integrado de Educação e Cultura - Escola São Francisco de Assis
172. Centro Joaquim Vicente Ferreira
173. Centro Social da Paróquia Santa Luzia
174. Centro Social Luterano Cantinho Do Girassol
175. Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto
176. Centro Social Pe. Alec de Apoio à Criança e ao Menor
177. CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço
178. CEVSCA/AM - Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes do Amazonas
179. CHAMA
180. CIESPI - Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância
181. Círculo Operário Leopoldense
182. Clínica Camila Magalhães
183. Clube Influência do Bem
184. CMDCA de Aurilândia
185. CMDCA de Cristalina
186. CMDCA de Guaratingueta/SP
187. CMDCA de Itabaianinha - SE
188. CMDCA de João Pessoa
189. CMDCA de Lagoa Santa
190. CMDCA de Magé
191. CMDCA de Mariana
192. CMDCA de Maruim
193. CMDCA de Propriá
194. CMDCA de Rio de Janeiro
195. CMDCA de Rio Preto da Eva Estado do Amazonas
196. CMDCA de Santos/SP
197. CMDCA de Vitória do Jari
198. CMDCAT Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente de Teresina
199. CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
200. Codeter Metropolitano De Salvador
201. Colegiado dos Fóruns Estaduais e Distrital de Aprendizagem Profissional do Brasil
202. Colégio Alcance
203. Coletivo Black Divas
204. Coletivo das Dez Mulheres
205. Coletivo de Proteção à Infância Voz Materna
206. Coletivo Malês
207. Coletivo Mosaico
208. Coletivo Mulher Vida
209. Comissão da Criança e do Adolescente da OAB/PR.

210. Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul - 7a Região
211. Comissão de Direitos Humanos do CRP/15 (Conselho Regional de Psicologia de Alagoas)
212. Comissão de Direitos Infantojuvenis da OABSP
213. Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB Paraíba
214. Comissão Regional de Justiça e Paz de Mato Grosso do Sul
215. Comitê Brasileiro de Organizações Representativas das Pessoas com Deficiência - CRPD
216. Comitê de Participação de Adolescentes
217. Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Amapá
218. Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes do Estado do Pará
219. Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e adolescentes/AM
220. Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/MT
221. Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
222. CONDICA
223. Conecta em Rede - Rede de Colaboração Solidária
224. Confederação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG
225. Conferência Dos Religiosos do Brasil
226. Conselho de Integração Social
227. Conselho de Leigos Da Arquidiocese De São Paulo - Clasp
228. Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Paraíba - CEDCA/PB
229. Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão - CEDCA/MA
230. Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro - CEDCA/RJ
231. Conselho Estadual de Direitos Humanos do RS CEDH-RS
232. Conselho Estadual de Fomento e Colaboração (Confoco-BA)
233. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente da Bahia
234. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alagoas
235. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Espírito Santo
236. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do estado do Pará
237. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescentes do Amazonas - CEDCA/AM
238. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB.
239. Conselho Federal de Psicologia
240. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
241. Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Cristalina
242. Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Silvânia
243. Conselho Municipal de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes São Leopoldo/RS

244. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Divina
Pastora/SE
245. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Abreu e Lima
246. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Acaraú - CE
247. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caicó
248. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Alegre
249. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortim
250. Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Guaiuba - CE
251. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guaratinguetá
252. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jordania/MG
253. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Natal
254. Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente de Picos Piauí
255. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Volta Redonda
256. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Palmeirândia-MA
257. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes de Santarém
258. Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Sobral -
CMDPDS
259. Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas
260. Conselho Regional de Psicologia - CRP/02
261. Conselho Regional de Psicologia - Mato Grosso (CRP-18)
262. Conselho Regional de Psicologia 23° Região - Tocantins
263. Conselho Regional de Psicologia da 19° Região/Sergipe
264. Conselho Regional de Psicologia da 19° Região/Sergipe
265. Conselho Regional de Psicologia da Bahia - CRP-03
266. Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais
267. Conselho Regional de Psicologia DF CRP 01
268. Conselho regional de psicologia do Espírito Santo
269. Conselho Regional de Psicologia do Maranhão - CRP-MA
270. Conselho Regional de Psicologia do Pará e Amapá da 10ª Região
271. Conselho Regional de Serviço Social - PA
272. Conselho Tutelar 1 de Feira de Santana BA
273. Conselho Tutelar 1 de Jundiá
274. Conselho Tutelar Bastos/SP
275. Conselho Tutelar Brasília I
276. Conselho Tutelar Carnaíba
277. Conselho Tutelar de Guaratinguetá
278. Conselho Tutelar de São Fernando RN
279. Conselho Tutelar de Vera Cruz SP
280. Conselho Tutelar Propriá
281. Conselho Tutelar-Zona Rural de Abaetetuba/PA
282. COR Centro Orientacao a Familia
283. Coral Cênico Cidadãos Cantantes
284. CRAS Ferraria
285. Cras Florence
286. Cras Lagoa - Belo Horizonte
287. Creas Gilberto Antônio Dos Santos La E Psc
288. Criança Segura
289. CRJP/ MS

290. CRP 24
291. deFEMde - Rede Feminista de Juristas
292. Defensoria Pública do Distrito Federal
293. Defensoria Pública do Paraná
294. Departamento Psicanálise com Crianças do Instituto Sedes Sapientiae
295. Desafio Jovem do Maranhão
296. Desencarcera Rondônia
297. DESPATOLOGIZA - Movimento pela Despatologização da Vida
298. ECOVAM
299. Educação e Saúde ESALM
300. Educandário Família de Nazaré
301. Educare São Roque Educacao Infantil
302. Eliane Constantino Marques
303. ELO Ligação e Organização
304. EMEB Antônio Brunholi Netto
305. Escola Arte de Ser
306. Escola de Conselhos de Pernambuco
307. Escola de Formação Quilombo dos Palmares
308. Escola de Gente - Comunicação em Inclusão
309. Escolinha de Futebol Paz e Amor
310. Espaço Voar - RJ
311. Essor Brasil
312. FAOR Fórum da Amazônia Oriental
313. FDCA/AL
314. FDCA/AP
315. FDCA/BA
316. FDCA/DF
317. FDCA/GO
318. FDCA/MA
319. FDCA/PA
320. FDCA/PB
321. FDCA/PI
322. FDCA/PR
323. FDCA/RJ
324. FDCA/RN
325. FDCA/RO
326. FDCA/SP
327. FDCA/TO
328. FEACTION- Brasil. Fórum Ecumênico Aliança ACT-Brasil
329. FECTIPA-MG
330. FEDCA/AM
331. Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Alagoas
332. Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Alagoas
333. Federação das Associações Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro
334. Federação Espírito Santense de Cultura e Povos Tradicionais de Matriz Africana
335. Federação Nacional dos Psicólogos - FENAPSI
336. FENASE
337. FENATIBREF

338. FNTSUAS
339. Fórum das Ong Aids do Estado de São Paulo
340. Fórum Estadual DCA de PE
341. Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Alagoas (FETIPAT/AL)
342. Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS de Pernambuco - FETSUAS/PE
343. Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS do Rio Grande do Sul - FETSUAS/RS
344. Fórum Estadual de Trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social do Estado de São Paulo - FETSUAS/SP
345. Fórum Estadual dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Alagoas
346. Fórum Estadual dos Usuários do Sus do Rio Grande do Sul
347. Fórum Estadual PETI - SE
348. Fórum Grita Baixada
349. Fórum Juventude Sul Fluminense em Ação
350. Fórum Mineiro de Saúde Mental
351. Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Santos - SP
352. Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - FNPETI
353. Fórum Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho do Adolescente - FPETIPA
354. Fórum Regional de Trabalhadores do SUAS da Baixada Santista
355. Frente de Defesa DCA - MG
356. Frente Gaúcha em Defesa do SUAS e da Seguridade Social
357. Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes de Sergipe
358. Funase PE
359. Fundação Angélica Goulart
360. Fundação de Assistência às Meninas e Meninos de Arapiraca
361. Fundação Fé e Alegria do Brasil
362. Fundação Fé e Alegria do Brasil
363. Fundação FEAC
364. Fundação Irmã Dulce de Montes Claros
365. Fundação Jari
366. Fundação Roberto Marinho
367. Fundação Van Leer
368. Fundação VIVER Produzir e Preservar
369. Gaape
370. Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares GAJOP
371. Garcia & Ribeiro Advogados
372. GIIRAL Desenvolvimento Humano e Local
373. Girl Up Brasil
374. Grupo de Estudo Cultura Identidade E Ciganos - GECIC
375. Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Crianças, Adolescentes e Famílias (GCAF/Unifesp)
376. Grupo de Estudos Culturais (Gec)
377. Grupo de Trabalho "Direitos, Infâncias e Juventudes" do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais
378. Guarda Mirim de Foz do Iguaçu

379. Guarda Mirim de Guaratinguetá
380. Ibase - Instituto brasileiro de análises econômicas e sociais
381. IDEAS
382. IFCE
383. Inspecção Nossa Senhora da Penha
384. Inspecção São João Bosco - Centro Juvenil Oratório Mamãe Margarida
385. Instalação do Menor da Região de Jacobina
386. Instituição Beneficente Martim Lutero
387. Instituição Casa de Moisés
388. Instituto Alana
389. Instituto Aliança com o Adolescente
390. Instituto Anne Sullivan
391. Instituto Assistencial Dom Bosco
392. Instituto Braços
393. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
394. Instituto Camará Calunga
395. Instituto Canto De Luz
396. Instituto Co-Labore
397. Instituto Cores
398. Instituto Cultural Arte Brasil
399. Instituto Cultural e Educacional Fazendo o Bem
400. Instituto Cultural e Educacional Matéria Rima
401. Instituto da Infância - IFAN
402. Instituto Dakini
403. Instituto Daniel Comboni
404. Instituto de Ação Social Renascer
405. Instituto de Desenvolvimento Estudos Ações e Implementações Sociais
406. Instituto de Desenvolvimento Social e Ambiental - IDESAB
407. Instituto de Desenvolvimento Social e Cultural-IDESC
408. Instituto de Mulheres Negras do Amapá
409. Instituto EcoVida
410. Instituto Espírito de Luz - IEL
411. Instituto Fazendo História
412. Instituto Intersocial Desenv Econ Social e Ambiental
413. Instituto Liberta
414. Instituto Lucas Amoroso
415. Instituto Menino Miguel
416. Instituto Meninos Do Por Do Sol
417. Instituto Nacional do Trabalhador
418. Instituto Prios de Políticas Públicas e Direitos Humanos
419. Instituto Promover
420. Instituto Rede Abrigo
421. Instituto Renascer Mulher
422. Instituto Trabalho Decente
423. Instituto Viva Infância
424. Instituto viva infância
425. Instituto WCF (Childhood Brasil)
426. Interozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social

427. Irradiando conhecimento
428. ISBET
429. Koinonia Presença Ecumênica e Serviço
430. Laboratório de Pesquisa em Práticas Sociais
431. Laboratório de Psicanálise e Política. IP USP
432. Laboratório de Teoria Social Filosofia e Psicanálise (LATESFIP)/USP
433. Lar das Moças Cegas
434. Lar Hermínia Scheleder
435. Lar São José
436. Mandato do Deputado Estadual Iran Barbosa - PT/SE
437. Marista Centro Norte
438. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
439. Mediadora
440. MNEAS - Movimento Nacional de Entidades de Assistência Social
441. MOC - Movimento de Organização Comunitária
442. Movimento Bandeirante de Roraima
443. Movimento BH pela Infância
444. Movimento de Adolescentes e Crianças - MAC
445. Movimento de Meninos e Meninas de Rua - Amapá
446. Movimento Independente Mães de Maio
447. Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB)
448. Movimento Mãe e Familiares do Curió
449. Movimento Nacional de Direitos Humanos MNDH Brasil
450. Movimento Nacional de Entidades
451. Movimento Nacional de Luta pela Moradia
452. Movimento Nacional de Meninos (as) de Rua da Paraíba
453. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
454. Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária
455. Movimento pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes
456. Movimento República de Emaús
457. Movimento Xingu Vivo Para Sempre
458. NECA - Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente
459. Núcleo Acesso - Instituto Sedes Sapientiae
460. Núcleo Criança de Valor
461. Núcleo De Atendimento E Aprendizagem De Adolescentes E Jovens
462. Núcleo de Educação Popular "Raimundo Reis"
463. Núcleo de Estudos, pesquisa, extensão e assessoria sobre Infância e Adolescência da Universidade Estadual de Ponta Grossa
464. Núcleo de pesquisa em políticas públicas de saúde mental (Nuppsam) da UFRJ
465. Núcleo Teatral O Guri
466. NUDHES - Núcleo de Direitos Humanos e Saúde da População LGBT
467. OBRA Auxiliar da Santa Cruz
468. Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança
469. Obra Social Santa Clara
470. Obra Social São João Bosco
471. Observatório Latino-americano sobre Tráfico e Contrabando de Migrantes (Capítulo Brasileiro)

472. ODH Projeto Legal
473. OMEP BRASIL
474. Omnisciência - Educação para Paz
475. Ong Ação e Cidadania
476. Ong Gasco Grupo De Ação Social Comunitária
477. ONG Nosso Lar
478. Ong Vida Brasil
479. ONG Vozes de Anjos
480. Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Amapá
481. Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Minas Gerais
482. Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pará
483. Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional São Paulo
484. Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Sergipe
485. Organização Inclusiva da Pessoa com Deficiência Taguatinga/DF
486. OSC VIDA
487. Outras Amélias: Mulheres de Resistência e Luta
488. Ouvidoria Externa da Defensoria Pública do Estado do Pará
489. Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia
490. Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Acre
491. Parafuso Educomunicação
492. Paróquia de São Pedro Apóstolo
493. Pastoral da Cidadania - Diocese de Santos
494. Pastoral da Criança Vitória do Jari
495. Pastoral do Menor Arquidiocese de Belém - PAMEN
496. Pastoral do Menor Arquidiocese de Belo Horizonte
497. Pastoral do Menor Arquidiocese de Mariana - MG
498. Pastoral do Menor Arquidiocese de Montes Claros
499. Pastoral do Menor Arquidiocese de São Paulo
500. Pastoral do Menor Arquidiocese de Vitória
501. Pastoral do Menor de Barbacena - MG
502. Pastoral do Menor Diocese de Santos
503. Pastoral do Menor Santo André
504. Pastoral do Menor, Paróquia São José Operário Diocese de Jundiá
505. Pastoral Fé e Política da Arquidiocese de SP
506. Plan International Brasil
507. Plataforma de Direitos Humanos - Dhesca Brasil
508. Programa de Investigação Epidemiológica em Violência Familiar/IMS/UERJ
509. Projeto Amoras
510. Projeto Bom na Bola Bom na Vida
511. Projeto Comunitário Sorriso da Criança
512. Projeto Comunitário Sorriso da Criança
513. Projeto Gerações
514. Projeto Meninos e Meninas de Rua
515. Projeto Os Cinco Passos
516. Projeto Tia Egle
517. Promotoras Legais Populares do Distrito Federal e Entorno
518. Prupê pra Brincar
519. Quadrilha Junina Estrela Do Divino

520. Rede Brasileira Infância e Consumo - Rebrinc
521. Rede Cidadã
522. Rede Conhecimento Social
523. Rede de Atendimento Integrado a Criança e ao Adolescente
524. Rede de comunidade e movimento Contra violência
525. Rede de Conselhos da Pessoa Idosa do Vale do Paraíba e Litoral Norte/SP
526. Rede de Juventude Negra da Bahia
527. Rede de Paulo Freire do Nordeste
528. Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio
529. Rede Ecocidadania
530. Rede Estadual da Primeira infância do RN
531. Rede Evangélica Nacional de Ação Social
532. Rede Feminista De Saude
533. Rede Mulher e Habitat
534. Rede Nacional Internucleos da Luta Antimanicomial - RENILA
535. Rede Nacional Primeira Infância - RNPI
536. Rede Não Bata, Eduque
537. Rede Paraibana de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana
538. Rede Rio Criança
539. Rede Um Grito pela Vida
540. RENAS Rio
541. Rompenuve - Direitos Humanos
542. RSB - Pólo SP
543. Secretaria de Estado De Segurança Pública e Defesa Social do Pará
544. Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Empreendedorismo de Pacoti
545. Secretaria Executiva dos Conselhos Setoriais
546. Secretaria Municipal de Assistência Social
547. SEFAZ - BA
548. SEIBREF - PE
549. Serpaf
550. Serviço de Paz – SERPAZ
551. Serviço Franciscano de Solidariedade (SEFRAS)
552. SINDAE - Uberaba
553. Sindicato das Inst. Benef. Sociais Rel. Fil. na Paraíba
554. Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Roraima
555. Sindicato dos Psicólogos de Santa Catarina - SinPsi-SC
556. Sindicato dos Psicólogos De Sp
557. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manhumirim
558. SINDSERT - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Timbiras - MA
559. Sintibref - MG
560. Sistema De Apoio A Saude São Rafael
561. Sociedade Brasileira de Pediatria
562. Sociedade Civil Casa de Educação Projeto Vida Padre Gailhac
563. Sociedade Esportiva Atlântico
564. Sociedade Filarmônica Maestro Abílio Pereira Leite
565. Sociedade Mineira de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
566. Solar Meninos de Luz
567. SUR Clínica e Intervenção Social

568. Sustenidos Organização Social de Cultura
569. Themis Gênero Justiça e Direitos Humanos
570. Tia Júlia Primeira Infância
571. Unegro
572. União Brasileira das Associações de Musicoterapia - UBAM
573. União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
574. União da Juventude Socialista
575. União da Juventude Socialista - RN
576. União de Conselheiros e Ex-conselheiros Tutelares do Maranhão - UNICECTMA
577. União Dos Moradores Do Povoado Bom Jesus
578. União Marista do Brasil - UMBRASIL
579. União Sul Brasileira de Educação e Ensino
580. Universo Educom
581. Vigere Psicoterapia Ltda
582. Violes
583. Viração Educomunicação
584. Visão Mundial
585. Viva rio
586. Web Rádio Digital
587. YABÁ Consultoria
588. Zelo Consultoria em Educação e Desenvolvimento Infantil